



Audiência Pública sobre o EIA/RIMA dos Empreendimentos Minerários localizados na Bacia do Rio Jaguari-Mirim, no Município de Aguai.

Iniciou-se, às 20 horas do dia 28 de agosto de 1996, no Centro Assistencial de Desportos de Aguai, na cidade de Aguai, a Audiência Pública sobre o EIA/RIMA dos empreendimentos minerários localizados na Bacia do Rio Jaguari-Mirim, de responsabilidade da Associação dos Extratores de Areia e Argila da Bacia do Rio Jaguari-Mirim. Depois de declarar abertos os trabalhos e de convidar para compor a Mesa a representante do Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Elza Tiekko M. Takahashi, e como representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente-Consema, Ricardo Ferraz, o Secretário Executivo Substituto, Sérgio Roberto, esclareceu aos presentes a forma de condução da Audiência Pública destacando alguns itens da Deliberação Consema 50/90, que estabelece as normas para a realização das Audiências Públicas. Inicialmente a representante da CPRN, Elza Tiekko M. Takahashi, agradeceu a presença de todos nesse evento, cuja instituição muito contribui para implementação do desenvolvimento sustentado. Fez uso da palavra, em seguida, o representante do empreendedor, que teceu as seguintes considerações: que se estava realizando um trabalho de análise do EIA/RIMA das atividades minerárias que operavam em uma bacia hidrográfica, as quais possuíam uma história e pretendiam continuar operando e oferecendo emprego e condições para que o País continuasse crescendo; que, para a Associação dos Extratores de Areia, aquele era o dia mais importante, pois ela vinha lutando para se organizar, ser reconhecida como uma associação de empreendedores; que, para isso, foi necessário que esta entidade elaborasse esse importante documento, que é o EIA/RIMA, imprescindível para a construção do País, na medida em que legitimava uma atividade e lhe concedia autorização; que a história dessa associação começou em 1971, quando se percebeu a necessidade de construí-la, pois havia muitos empreendimentos clandestinos, que não se responsabilizavam pelos danos que causavam; que, em 1991, foi publicada uma matéria em uma revista do Rotary Club que falava ser o maior desafio da população preservar o planeta Terra, e, portanto, o meio ambiente; que esta matéria contava que o Vietnã, depois de ser destruído pelos Estados Unidos, conseguiu reflorestar o país, replantando arroz; que o nosso País estava sendo devastado, que a Amazônia estava sendo destruída pela implantação de empreendimentos agropecuários, e que era hora de se fazer alguma coisa; que, à semelhança do que contava o provérbio sobre o beija-flor, se devia continuar lutando contra esta queimada que devastava o País e, como ele, tirando-se água com o bico e jogando-se nesse imenso fogo; que essa associação trabalhava como o beija-flor, era enérgica com seus associados, exigindo que eles cumprissem o acordo com o Departamento de Proteção dos Recursos Naturais-DEPRN, reflorestando as margens do rio; que a associação havia elaborado esse documento e que, dos cento e sessenta (160) empreendedores que haviam participado de sua criação, apenas quarenta e cinco (45) haviam honrado seus compromissos; que se estava reflorestando as margens e que, depois de aprovado o EIA/RIMA, exigir-se-á que os clandestinos fechem seus empreendimentos; que pedia que se apoiasse a postura da associação, que era correta, ao exigir que todos cumprissem a lei; que o processo de degradação não podia ter continuidade, que era necessário que a mata ciliar reflorescesse e que a associação estava aberta para receber as denúncias; que pedia apoio ao Promotor Público, que se encontrava nessa reunião, para ajudá-los a fiscalizar e pedia aos representantes dos órgãos presentes um voto de confiança para que o EIA/RIMA fosse aprovado. Em seguida, o Secretário Executivo Substituto passou a palavra ao representante da equipe técnica da Minergeo, responsável pela elaboração do EIA/RIMA, que, inicialmente, teceu as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

seguintes considerações: que cada um dos empreendimentos estava fazendo separadamente os EIA/RIMAs e, a pedido da Secretaria do Meio Ambiente, começou a fazer-se um estudo conjunto, pois se tratava de uma mesma bacia; que, como se tratava de uma atividade ligada a um rio e a suas planícies aluvionares, a apresentação de todos os aspectos desse empreendimento será feita de forma sucinta; que o Rio Jaguari-Mirim se localizava na região Nordeste do Estado, nascia no Sudoeste nos limites do Estado de São Paulo com o de Minas Gerais, atravessava diversos tipos de solo e de cobertura vegetal e era vulnerável a processos de erosão; que, dependendo do tipo de solo e de vegetação, o solo estava sujeito à erosão e ao transporte de sedimentos para o leito do rio; que, dependendo do canal do rio, a areia se sedimentará ou não; que, passada a época da chuva, não se depositava muita areia no rio; que a argila de cava era retirada das planícies próximas dos rios e que, desse gênero, havia dois tipos de empreendimentos, aquele que retirava a areia do rio, a qual era sempre repostada, e aqueles que retiravam areia de forma que esta não era repostada; que, ao longo desse rio, havia porções de mata ciliar preservada e outras porções em que não mais havia esse tipo de vegetação, o qual havia sido retirado antes de iniciar-se a atividade minerária; que era bem diversificada a vegetação ao longo do rio e que, em alguns locais, ela era preservada, dependendo do tipo de solo; que havia solos que continham muita areia e outros que a possuíam em uma quantidade intermediária, e outros, ainda, que a possuíam em muito pouca quantidade; que os solos pobres possuíam apenas 10% de areia e os intermediários, 60%; que, quando o rio enchia e alagava suas margens, esse fenômeno também concorria para o processo de erosão; que foi estudado o comportamento do rio, e que se comprovou que 40% da água que caía na parte mais para cima do rio era absorvida; que se definiu o índice pluviométrico, que era alto na região, principalmente a Oeste, e os meses de cheia eram dezembro e janeiro, embora o rio nem sempre respondesse de forma imediata; que alguns empreendimentos trabalhavam com draga fixa, presa à margem, que possuíam uma tubulação para encontrar areia no leito do rio, a qual, depois de seca, era transportada por retro-escavadeira; que a lavra com draga fixa requeria que periodicamente fosse mudado o local de depósito, assim que fosse concluído o trabalho de retirada de areia de um banco, e que a maioria dos empreendimentos era desta natureza; que outro tipo de empreendimento era aquele que a areia com a água eram transportadas na draga até o depósito, de onde a água saía e a areia era levada para um tanque de decantação, evitando esse tanque que a areia fina não voltasse diretamente para o rio; que a areia saindo do rio vinha para a draga e era secada e vendida; que existiam ainda outros métodos, como draga com batelão, que navegava pelo rio procurando banco de areia, a qual, quando retirada, ia se depositando em seu interior; que a maior parte dos empreendimentos não possuía tanque de decantação, mas havia o compromisso, por parte dos empreendedores, de construir esse tanque, muito importante para a preservação do rio e cujo tamanho ficará a critério de cada empreendimento; que a extração de cava procedia de forma diferente, pois eram necessários uma batimetria e um estudo; que inicialmente tinha de se retirarem a cobertura vegetal e o solo, que era guardado para a preservação, para se continuar perfurando e retirando argila e areia; que a areia recolhida através desse método não voltava para o rio e, portanto, causava maior impacto; que o aspecto mais estudado era o processo de erosão, para o que se calculou a perda de solo por áreas; que o rio foi dividido em dezessete partes para facilitar o estudo; que, com base nessa divisão, foram estudados todos os dezessete pedaços e se estudou o tipo de solo, a porcentagem de areia em cada um deles, o tipo de ocupação de solo, a área plantada, o tipo de vegetação, se o solo era ou não preservado, se havia ou não declividade etc.; que todos esses estudos facilitaram o entendimento do processo de erosão; que o plantio obedecia técnicas preservacionistas, as quais também haviam sido



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

analisadas para melhor se entender a erosão; que durante um ano foram colocados dois instrumentos no leito do rio para fazer a medição dos sedimentos; que o primeiro equipamento era uma pequena caixa, cuja abertura se voltava para o sentido do rio, e, em intervalos de tempo, calculou-se a areia dentro da caixa; que outro equipamento serviu para fazer a batimetria no leito do rio e que se realizaram as duas análises, a da areia e dos sedimentos, recolhidos pelo outro equipamento; que os estudos batimétricos visaram estudar todos os 157 quilômetros do leito do rio; que os estudos foram feitos a partir de Minas em direção a Mogi-Guaçu e verificou-se que, nos trechos em que havia problemas, eles se deviam ao superdimensionamento na retirada da areia; que os impactos eram causados principalmente na reserva e na extração; que a área de preservação permanente devia ser replantada, e esta era uma das medidas mitigadoras; que as margens deviam ser protegidas para não haver problema com os animais (nessa oportunidade foram mostrados os eslaides de sete portos ao longo do rio.) Em seguida, foi concedida a palavra ao conselheiro Ricardo Ferraz, representante do Consema e do Fórum das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema, que, grosso modo, teceu as seguintes considerações: que era originário do Vale do Paraíba, região em que se encontravam em atividade aproximadamente trezentos (300) empreendimentos clandestinos; que a cultura era também muito importante, como também a natureza geológica; que a representante da Minergeo havia mostrado que se tratava de uma atividade impactante; que a noção do areeiro era que se precisava de areia para construção civil, mas também era importante compreender que a areia fazia parte do ecossistema e que qualquer pessoa, com uma visão mais ampla, sobre o meio ambiente afirmaria ser a areia também fundamental; que, enquanto representante de entidades ambientalistas, vinha procurando promover a discussão sobre a possibilidade de a areia provocar o menor impacto possível; que o adensamento de dragas provocava turbulência na água e evasão dos peixes e fazia com que o rio fosse dominado por um processo industrial; que era necessário levar em conta que o Brasil era considerado mundialmente detentor de reserva de água; que o esgotamento mineral nos próximos cinquenta anos era um problema sério, e que isso acontecerá fatalmente no Vale do Paraíba, se continuar enviando dois mil caminhões de areia por dia para São Paulo; que os areeiros terão que ajudar bastante o Estado, pois esse processo era difícil de ser questionado; que havia extrações clandestinas, por existir sublocação; que a SMA deveria avaliar se este EIA/RIMA estava ou não atualizado; que talvez fosse o caso de se proporem critérios para essa região, como se procedeu com o Vale do Paraíba; que o processo de revegetação devia ser executado, que devia ser recomposta a mata ciliar e elaborado um PRAD; que se devia pensar nas novas gerações e deveriam ser feitas algumas mudanças e estabelecidas novas exigências; que a renda devia ser democratizada, e isso era uma questão de justiça social; que o funcionário e o porto também deviam estar equipados, para não sofrerem os impactos do ruído e da poeira; que se devia também levar em conta também o aspecto estético; que a SMA tinha de contribuir, promovendo essa discussão na Câmara Técnica; que era preciso ver o dano ambiental, que esta atividade era impactante, e se devia proceder de forma a que ela causasse o menor dano possível; que todos eram cidadãos e deviam contribuir para os problemas fossem superados em todas as suas etapas; que na região do Vale do Paraíba tudo havia-se modificado; que achava que o EIA/RIMA devia ser modificado em vários pontos; que tinha de ser feita uma nova avaliação, que tinha de levar-se em conta o ponto de vista do cidadão e o do meio ambiente. O Secretário Executivo Substituto declarou que se passava à fase da Audiência Pública em que se manifestava a população, e que a equipe técnica da Secretaria do Meio Ambiente comparecia a esta reunião com a finalidade de ouvir a todos, e não de oferecer esclarecimentos, e que aqueles que, por acaso, viessem a ser feitos seriam posteriormente respondidos, pois, regra geral, suas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

respostas demandavam algum tipo de pesquisa. A primeira entidade que se pronunciou foi David Eduardo P. Bossi, representante do Grupo Ecológico Maitan, que fez as seguintes declarações: que estava surpreso com o que foi mostrado sobre o Rio Jaguari, pois os eslaides não refletiam a realidade em uma região desse rio; que as imagens mostravam a mata ciliar preservada e, em alguns trechos do Rio Jaguari, isso não acontecia; que eles não demonstravam quais as condições em que se perpetuavam os organismos vivos no Rio Jaguari, pois esses empreendimentos estavam sendo perniciosos aos peixes, pois não só a poluição e os esgotos lhe provocavam malefícios ao Rio Jaguari, a ponto de ele deixar de ser reprodutor de peixes; que permanecia esse questionamento, pois se sabia ser importante a extração da areia - ela era importante, do ponto de vista econômico, para a região, mas era preciso pensar que havia outros profissionais que viviam da pesca e que atualmente só alguns conseguiam sobreviver com essa atividade; que não era só o esgoto o problema do Rio Jaguari; que em São João da Boa Vista e em Bom Jardim a realidade era outra e gostaria que fosse concedido o mesmo tratamento a toda a extensão do rio; que gostaria fossem oferecidos esclarecimentos sobre o impacto dessa atividade na vida do rio. Em segundo lugar, manifestou-se José Maria de Carvalho, representante da Associação Ambiental Paiquerê, que ofereceu os seguintes esclarecimentos: que a preocupação que se tinha dizia respeito à qualidade de vida, pois se partia do pressuposto do desenvolvimento sustentável, ou seja, da perspectiva de se conciliar desenvolvimento econômico e preservação da natureza; que era impossível construir-se sem areia; que era necessário saber se esse RIMA ia preocupar-se com a mata ciliar e com o desbarrancamento dos rios; que se sabia que não se evitaria tirar areia do rio, mas que era imprescindível que isso fosse feito de forma auto-sustentável; que o Rio Jaguari era reprodutor da piracema, que para isso não podia haver adensamento de dragas, elas deviam manter entre si um certo distanciamento e que a preocupação de toda a sociedade era que o meio ambiente fosse respeitado. Manifestou-se, em seguida, o representante do Rotary Club, José Alonso Célio, que, grosso modo, teceu as seguintes considerações: que a presença do Rotary Club nessa Audiência Pública era para dizer que uma sociedade devia apoiar as boas iniciativas; que o Rotary Club internacional, há cinco anos atrás, desencadeou um grande movimento em defesa da ecologia, e que os rotarianos vinham se preocupando com a preservação do planeta Terra, assunto muito complexo; que se sentia diante da magnitude desse problema numa situação até certo ponto embaraçosa; que se tratava de um problema cultural, educacional, e, por isso, sua solução demandaria muito tempo, pois a formação da consciência ecológica, a mudança de mentalidade, envolvia um trabalho penoso e não ocorria de uma hora para outra; que um aspecto importante desse projeto era que a associação vinha procurando trabalhar dentro das normas estabelecidas, dando oportunidade de desenvolvimento e se preocupando com o meio ambiente; que esses empreendedores eram vanguardas na luta pelo meio ambiente, pela preservação da natureza, pois se empenhavam para que o princípio bíblico se incorporasse na luta pela defesa do progresso e da cidadania; que o Rotary Clube parabenizava aqueles que lutavam pela implementação do desenvolvimento sustentável. Em seguida, manifestou-se Aline Mazon Serene, representante do Interact Clube de Aguaí, que teceu as seguintes considerações: que os jovens desejavam a preservação do Planeta e pediam as autoridades governamentais que fizessem com que os empresários que trabalhavam com recursos hídricos cumprissem as leis e recuperassem as matas ciliares; que sabia que os membros da associação estavam preocupados com o meio ambiente; e que acreditava que essas pessoas iriam melhorar o meio ambiente. Manifestou-se, em seguida, o representante da Prefeitura do Município de São João da Boa Vista, Gerônimo Milan Neto, que declarou que a associação dos areiros se esforçou para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

fazer esse EIA/RIMA, que custou caro e para cuja elaboração o Estado não ajudou, e que ele devia ser implementado e as complementações só serem exigidas posteriormente. Manifestou-se, em seguida, o Vereador do Município de Aguai, José Roberto Amâncio da Silva, que teceu as seguintes considerações: que as margens do Rio Jaguari vêm sendo degradadas desde de 1987 e que, com a força de vontade dos associados, criou-se a associação, mas surgiram os clandestinos e não houve vontade política do Estado nem dos Municípios para barrar essa atividade; que houve desentendimentos entre as autoridades; que a SMA fez uma reunião em Aguai, e houve o consenso de se iniciarem os estudos; que houve um problema e, até hoje, não houve solução; que era preciso preservar, mas era preciso criar os netos; que era importante fiscalizar e se permitir que se trabalhasse; que havia alguns empreendimentos honestos que estavam há quatro ou cinco anos embargados; que os extratores tinham necessidade de trabalhar; que os ambientalistas exigiam que os areeiros preservassem a mata ciliar, mas não procediam da mesma forma com os plantadores da cana-de-açúcar; que deviam ser paralisados os empreendimentos que não estão estavam respeitando a lei. O Secretário Executivo informou que se passaria à etapa em que o representante do empreendedor e do Consema fariam suas réplicas. Inicialmente, manifestou-se o empreendedor, que fez as seguintes observações: que se havia ouvido as pessoas com suas opiniões, que felizmente elas reconheciam a necessidade da areia, porque o produto era necessário, primeiramente porque sem a areia sequer haveria essa reunião nesse local, não existiriam casas, viver-se-ia em cabanas de sapé; que a água que se bebia tinha cor cristalina, mas elas “in-natura” eram diferentes e o que as tornava assim eram os filtros de areia; que esse agregado era tão importante quanto a água; que se falou dos pescadores e eles eram os primeiros a cortarem as cercas para pescar, o que concorria para que o gado não invadisse as estradas; que os peixes estavam sendo criados e que o Ibama estava incentivando essa atividade; que quem falou sobre a situação dos pescadores não conhecia aqueles que pescavam no Rio Jaguari Mirim, pois eles atualmente usufruem melhores condições, porque o rio estava profundo; que o rio possuía um maior volume de água, e isso se devia à atividade dos areeiros; que os areeiros estavam construindo o Brasil, pois um dos grandes problemas da atualidade era que as pessoas não tinham onde morar; que, quanto às condições dos empreendedores, num rio que tinha uma extensão de 200 quilômetros aproximadamente, havia uma draga só a cada 5 quilômetros, o que tornava a área suficiente para cada draga e que, quando havia uma draga de um lado, não havia do outro; que também se estava reflorestando; que o problema era a poluição causado pelo esgoto gerado no Município de São João da Boa Vista, sem contar que a fábrica Dedini havia contribuído com o extermínio da mata ciliar, tanto que o jornal local havia publicado a notícia de que o DEPRN e o DAIA haviam feito uma vitória, mas que ela continuava atuando do mesmo jeito; que esse EIA fora elaborado em 1992, pois houve problemas burocráticos; que mais de cem empreendedores desistiram, pois agir dentro da lei era muito complicado; que os clandestinos estavam-se beneficiando e aqueles que estavam tentando se legalizar mereciam apoio; que a extração de areia era impactante, mas os mineradores se propunham fazer a extração de forma adequada, mesmo sofrendo multas; que se devia apoiá-los para eles, pois eles estavam querendo operar, com o menor impacto possível, para que essa área fosse preservada; que se deveria aprovar esse EIA para que os clandestinos viessem para legalidade, trabalhando e recuperando o meio ambiente; que havia sido feito estudo não só em relação aos peixes, mas a outros mamíferos e existiam muitas informações a esse respeito no EIA. Em seguida, manifestou-se Ricardo Ferraz, representante do Consema, que teceu as seguintes considerações: que uma cidade possuía autonomia político-administrativa, pois havia a lei orgânica do Município; que a função fiscalizadora era



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

complementar; que, em alguns lugares, estava caindo nas costas da sociedade civil o ônus, porque não havia legislação; que cada Município devia ter sua legislação; que era preciso possuir essa infraestrutura; que se tratava de uma situação séria, que se devia ter regras, e que essas regras deviam ser construídas pela população; que a corrida pelo ouro em Minas Gerais acabou em guerra e que, em Serra Pelada, isso também aconteceu; que a situação de clandestinidade ultrapassava a de legalidade; que a Promotoria deveria agir em favor do meio ambiente; que havia muita gente que queria contribuir com a gestão ambiental e devia-se elaborar normas até mais restritivas, como fizeram algumas cidades que, ao julgarem algumas ações aberrativas, haviam tomado algumas medidas; que se tratava de critérios peculiares para cada cidade; que se devia começar esse processo de desenvolvimento sustentável; que essa situação devia ser levada em conta, as licenças deviam ser renovadas, deviam ser feitas vistorias e, casos aberrativos, tinham de ser passíveis de fechamento; que os PRADs também deviam ser elaborados de modo homogêneo, para tornar-se o rio sustentável; e que se devia aceitar as regras do jogo. Ao término dessas declarações, o Secretário Executivo Substituto, Sérgio Roberto, parabenizou a todos pela objetividade em suas manifestações, o que muito contribuía, para divulgação e assimilação das informações transmitidas e para o bom desenvolvimento dos trabalhos. Depois de declarar que, em nome do Deputado Federal e Secretário de Meio Ambiente Fábio Feldmann, agradecia a presença de todos, o Secretário Executivo Substituto do Consema declarou encerrados os trabalhos. Eu, Sérgio Roberto, Secretário Executivo do Consema, lavrei e assino a presente ata.

SR-PS